CDU-Ensino Superior/Lisboa, 05/2014

PARLAMENTO EUROPEU 2014

EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

CDU

PCP-PEV

A situação no Ensino Superior está intimamente ligada aos objectivos e às políticas da União Europeia, concretizada através do Processo de Bolonha, que constitui a maior ofensiva contra o Ensino Superior Público (ESP) desde o 25 de Abril. Na lógica capitalista da UE, o ESP é potencial mercadoria de lucro fácil, instrumento de formação ao serviço da ideologia dominante e de criação de mão-de-obra adequada aos interesses e necessidades dos grandes grupos económicos e dos chamados "mercados", eliminando toda e qualquer formação integral e não enquadrável na lógica da competitividade económica.

Estas políticas de destruição orientadas para a privatização do ESP constituíram o essencial do processo de Bolonha, complementadas pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, pelo seu sub-financiamento crescente, pela revisão do Estatuto da Carreira Docente Universitária e com o desregulamento das carreiras docentes, permitindo nas instituições a promoção e favorecimento político mais conveniente aos objectivos de transformação do sistema de ensino superior português numa sucursal das economias capitalistas dominantes da UE.

Os ciclos de estudos foram compactados, degradando a qualidade formativa e de produção científica e aniquilando as estruturas de investigação existentes. Também se instituiu ostensivamente o critério classista de acesso, por via das propinas, cujos preços subiram de forma exponencial, nomeadamente na transição de ciclos de estudos.

Na continuação destas políticas, as troikas externas e internas (PS e PSD/CDS), através dos seus governos, acentuam a agressão:

- Roubando descaradamente os salários dos docentes e funcionários;
- Congelando a progressão nas carreiras e dos salários;
- Desregulamentando os horários de trabalho e atribuindo horários reduzidos a inúmeros docentes;
- Criando sistemas arbitrários e pouco transparentes de avaliação do desempenho;
- Precarizando as carreiras, mantendo há vários anos inúmeros professores com contratos anuais e agora, inclusivamente, com contratos de cinco meses;
- Eliminando milhares de bolsas de investigação, o que se traduz na liquidação do trabalho feito pelos investigadores e no lançamento destes – a quem nunca foi permitido ter um contrato de trabalho e respectivos direitos – na situação de desemprego sem direito a subsídio
- Reduzindo drasticamente a Acção Social Escolar;
- Incrementando as barreiras financeiras para acesso ao ESP, o que se traduz em taxas de desistência elevadas.

Impõe-se uma verdadeira transformação do Ensino Superior Público, que o consagre como um sistema público, universal e harmonioso de todas as universidades e institutos politécnicos, com respeito pela identidade, especificidades e criatividade de cada instituição.

Esta transformação pressupõe:

- A saída do sistema de ensino superior português do "processo de Bolonha" e a sua autonomização, dentro do espaço internacional, ao serviço dos interesses nacionais;
- A revogação do actual RJIES e a sua substituição por outro que consagre o investimento no Ensino Superior como um investimento sobretudo dirigido para o desenvolvimento do país; com novas regras, mais justas, excluindo o financiamento pela via de propinas, que deve ser substituído por financiamento adequado do Estado de modo a garantir ensino e investigação de qualidade, e possibilitando que estes se autonomizem do poder político e dos interesses económicos;
- A revisão dos estatutos de carreira, particularmente no muito negativo regime transitório, aplicável aos docentes do ensino politécnico, e pela reposição da nomeação definitiva e dos quadros de pessoal (bem como do aumento dos mesmos face às inúmeras aposentações que se vão verificando)
- A eliminação de restrições quantitativas de carácter global no acesso ao ensino superior (numerus clausus);
- A assumpção pelo Estado, através da Acção Social Escolar, da garantia a todos os cidadãos que satisfaçam as condições de acesso a possibilidade de frequentar o Ensino Superior independentemente da respectiva área de residência e do nível de rendimento pessoal ou familiar.

A transformação que propomos do Ensino Superior Público exige, antes de mais, o reforço da votação na CDU nas eleições para o Parlamento Europeu, de modo a dar força à construção de uma política patriótica e de esquerda, que liberte o País deste rumo de dependência, declínio económico e retrocesso social.

O voto na CDU assume-se como a mais coerente expressão de indignação face ao desastroso curso da vida nacional e de exigência de uma política ao serviço do povo português e do desenvolvimento do país.

O voto na CDU é o voto dos que rejeitam o aprofundamento do federalismo e a submissão à política neoliberal, dos que não se resignam a assistir à destruição das suas vidas e do seu futuro, dos que afirmam o inalienável direito do povo português a decidir o seu futuro.